

NOVOS OLHARES SOBRE A DIPLOMACIA MEDIEVAL

Douglas Mota Xavier de Lima*

Resumo

O estudo da diplomacia e das relações internacionais constitui um dos domínios mais tradicionais da História, no entanto a investigação destes temas nos períodos anteriores ao século XVII, época da formação da diplomacia moderna, sofre com a desconfiança e o descrédito. A institucionalização acadêmica das relações internacionais e a renovação historiográfica de inícios do século XX ampliaram a distância entre os principais eixos de pesquisa acerca da diplomacia e das relações diplomáticas e os períodos da antiguidade e do medievo. Não obstante, as temáticas em questão têm recebido novas atenções por parte dos historiadores nas últimas décadas. Nesse sentido, o presente artigo propõe apresentar alguns apontamentos caracterizando os novos olhares sobre a diplomacia medieval.

Abstract

The study of diplomacy and international relations is one of the more traditional areas of history, however the investigation of these issues in the periods prior to the seventeenth century, time of formation of modern diplomacy, suffers from distrust and disbelief. The academic institutionalization of international relations and the historiographical renewal from the early twentieth century increased the distance between the main axes of research about the diplomacy and diplomatic relations and periods of antiquity and the Middle Ages. Nevertheless, the issues in question have received new attention by historians in recent decades. In this sense, this article aims to present some notes featuring the new looks of the medieval diplomacy.

Palavras-chave: Diplomacia; Idade Média; Historiografia.

Keywords: Diplomacy; Middle Ages; Historiography.

A estruturação acadêmica da área das Relações Internacionais (RI) reporta às primeiras décadas do século passado, no entanto a constituição desse campo multidisciplinar não eliminou uma produção acerca da temática disseminada por várias áreas do conhecimento. Esse é o caso dos domínios de Clio, pois o desenvolvimento das pesquisas históricas teve como um dos

Artigo recebido em 20 de março de 2015 e aceito em 25 de março de 2015.

* Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutorando no PPGH/UFF com pesquisa acerca da diplomacia portuguesa no século XV financiada pela CAPES e sob orientação da Prof. Dr.^a Vânia Leite Fróes. Vice-líder do GTHAM – Grupo de Trabalho de História Antiga e Medieval na Amazônia. Membro do Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos (UFF). Contato: dougmotahistoria@yahoo.com.br

principais focos de investigação as relações externas dos Estados. Contudo, ao passo que o campo das RI se consolidou, a historiografia lançou duras críticas à temática e aos métodos de pesquisa levados a cabo pelos historiadores, favorecendo que o estudo da diplomacia, da política externa e das relações internacionais fosse tomado como reduto de profissionais e abordagens conservadoras e antiquadas.

Nesse quadro, o presente estudo pretende oferecer alguns apontamentos sobre a relação entre a História e as Relações Internacionais, buscando caracterizar os caminhos que levaram à retomada das investigações acerca de diferentes temas das RI pelos historiadores. Contudo, o eixo principal de discussão é outro e representa uma variação desse debate mais amplo. Busca-se observar o papel da História Medieval em meio a esse movimento de afirmação das RI e de renovação historiográfica.

1. Considerações iniciais.

A diplomacia, entendida como método de negociação de interesses divergentes, uma “arte da negociação”, é muito antiga e tem como um dos primeiros vestígios um documento diplomático que data de c.2500 a.C. Nele consta uma mensagem enviada do reino de Ebla para o reino de Hamazi, localizado ao norte do atual Irã. A atividade diplomática no Egito faraônico, a narrativa de Tucídides acerca da Guerra do Peloponeso, ou mesmo as relações externas desenvolvidas pelas *poleis* gregas e pelo Império Romano são ainda exemplos de que a antiguidade conheceu práticas ou mesmo um sistema diplomático (SILVA & GONÇALVES, 2010: p. 53; MOREIRA, 2008: p.76-78; OSTELLINO, 2009: p.348). A própria palavra *diplomacia* é uma derivação do grego *diploma*, cujo significado é dobrar. No Império Romano, os documentos oficiais eram timbrados, dobrados e costurados, sendo nomeados *diplomas*, e o termo, ao longo do tempo, foi ampliado a outros documentos de Estado, e os ofícios ligados à conservação e organização dos diplomas ficaram conhecidos, de forma genérica, como *res diplomatica*. Esses elementos indicam as origens antigas e medievais da prática e da palavra que ganhariam seus contornos modernos através de Edmund Burke, em 1796 (SILVA & GONÇALVES, 2010: p.52; GUYOTJEANNIN, 2006: p.16; OSTELLINO, 2009: p.348-349).

Como argumentam Guilherme Silva e Williams Gonçalves, ainda que haja variações acerca dos grandes períodos da diplomacia, é possível a distinção de quatro momentos pelos estudiosos: da Antiguidade ao século XV; do século XV ao Congresso de Viena (1815); do

Congresso de Viena à Conferência de Versalhes (1919); e da Conferência de Versalhes aos dias atuais (SILVA & GONÇALVES, 2010: p.52). Desde já, pontua-se que a inserção cronológica de nossos apontamentos concentra-se no primeiro período da história da diplomacia indicado, o qual se distingue dos demais pela inexistência das embaixadas permanentes e da dimensão jurídica das relações internacionais que se expressa a partir de Vestfália (1648), além de não ter a soberania como atributo exclusivo do Estado (SILVA & GONÇALVES, 2010: p.53-54; MANNONI, 2002: p.198).

Como ponto de partida, observa-se que nem a antiguidade e nem o medievo mostram-se como temporalidades privilegiadas pelas pesquisas da área, ocupando apenas um lugar introdutório na composição da história da diplomacia e da formação das relações internacionais. Lucien Bély, ao analisar o cenário acadêmico francês, faz os mesmos apontamentos acerca da História Moderna, debatendo a desconfiança lançada sobre aqueles que se inclinam a estudar as relações internacionais entre os séculos XV e XVII, assim como o lugar modesto ocupado pelos estudos realizados (BÉLY, 2010: p.261). Acredita-se que tal fato se dá por duas vias, tanto pela orientação das RI para o cenário contemporâneo como pelo afastamento dos historiadores da temática. Acrescenta-se que o meio acadêmico brasileiro, mesmo que venha apresentando um exponencial crescimento da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em RI, tem contribuído para esse quadro que concentra a área nos desafios da contemporaneidade (Cf.: MYIAMOTO, 1999; VIZENTINI, 2005: p.17-31; LESSA, 2005: p.33-50).

A fim de caracterizar os caminhos que levaram às vias indicadas, passa-se a algumas considerações acerca do desenvolvimento da produção na área, destacando, em primeiro lugar, a constituição das Relações Internacionais.

2. História e Relações Internacionais.

A formação do campo de estudos da História Diplomática, área preocupada com a exposição e a explicação das relações entre Estados mediante sua expressão política, tem suas raízes nos séculos XVIII e XIX, o que não exclui a importância de obras anteriores ligadas à delimitação dos grandes feitos externos e militares dos reinos. No entanto, foi na sociedade oitocentista que se observou a ampliação dos interesses de reconstituição das histórias nacionais. Esse processo também se observa na História com a história metódica, pois a produção historiográfica do período foi marcada pela construção do Estado-nação e pelo estabelecimento

das tradições nacionais. Paralelas à constituição da própria disciplina, tais inclinações colocaram a área na busca de critérios de cientificidade e nesse processo o foco dos historiadores direcionou-se ao estabelecimento de fatos, cronologias e no levantamento de documentos seguros que pudessem compor a história nacional, ou mesmo a recomposição de grandes batalhas, tratados, e estadistas (Cf.: FALCON, 1997; MENDONÇA & FONTES, 2012).

Em meio a essas orientações e fundando-se no conhecimento amplo de textos e fontes oficiais, assim como na publicação de coleções documentais, o campo da História Diplomática consolidou-se com o pioneiro trabalho de Gaëtan Flassan, *Histoire générale et raisonnée de la diplomatie française depuis la fondation de la Monarchie jusqu'à la fin du règne de Louis XVI*, publicado em sete volumes no início do século XVIII. Do mesmo período destacam-se ainda as obras: *Foedera, conventiones, literae et cujuscumque generis acta publica inter reges Anglae et alios quosvis imperatores, reges, pontífices, principes, vel communitates*, de Thomas Rymer, publicada entre 1704 e 1717, e *Recueil des principaux traités d'alliance, de paix, de trêve, de neutralité, de commerce, de limites, l'Echange etc., conclus par les puissances de l'Europe tant entre eles qu'avec les puissances et États dans d'autres parties du monde depuis de 1761 jusqu'à présent*, do jurista Georg Friedrich von Martens, publicada entre 1791 e 1801.

Não obstante, como argumenta Jean Thobie, foi com a *Revue d'Histoire diplomatique*, fundada em 1887 e ligada à Sociedade de História Diplomática, que se formou a História Diplomática verdadeiramente científica (THOBIE, 1993: p.230). Como lembra Stéphane Péquignot, foi nesse mesmo contexto que as pesquisas, tomando como base os trabalhos de Otto Krause e Adolf Schaube, inclinaram-se ao problema das origens do direito internacional e, principalmente, das embaixadas permanentes. Formou-se, segundo o autor, o ponto de ruptura entre a diplomacia medieval, caracterizada pelas embaixadas *ad hoc*, e a diplomacia moderna, marcada pelas representações permanentes (PÉQUIGNOT, 2011: p.52). A partir destas delimitações e pautada numa história *événementielle* a área afirmou-se e fundou as bases que seriam alvo de crítica após a Primeira Guerra Mundial.

Foi em meio às Grandes Guerras que as RI estruturaram-se como campo acadêmico e desprenderam-se da História Diplomática. Tal movimento direcionou a área aos problemas da contemporaneidade, em especial à compreensão da natureza da guerra a fim de promover a paz entre as nações (Cf.: MARTINS, 2012: p.75; NOGUEIRA, 2005: p.3-5). Esse período pode ser sintetizado na criação do primeiro departamento de Relações Internacionais, em 1917, na universidade escocesa de Aberystwyth, com acadêmicos preocupados em livrar a humanidade de

novas guerras, e na publicação de Edward Carr, *Vinte anos de crise* (1939), que sustentava que a nova área deveria concentrar-se no estudo das maneiras como funcionava a sociedade internacional.

Ao analisar o período do pós-guerra, Jean Thobie assinalou que na França a área assumiu a influência do método marxista aplicado à história, as críticas do movimento dos *Annales*, e os debates sobre as origens da guerra (THOBIE, 1993: p.652). Nesse contexto francês destacam-se dois aspectos que tiveram impacto na historiografia e implicações nos estudos medievais.

Em primeiro lugar, a ascensão dos *Annales*. Lucien Febvre, em “Contra a história diplomática em si. História ou Política? Duas reflexões: 1930, 1945” (1989: p.67-74), favoreceu o recuo da temática entre os historiadores, formulando as bases da crítica a uma história diplomática restrita aos documentos oficiais e aos usos protocolares, caracterizada por não avançar em problemas mais profundos, a mesma profundidade proposta pelos *Annales*. No bojo desse movimento lembra-se ainda da centralidade adquirida pela história econômico-social entre os anos 30 e 60, expressa na produção de Braudel e Labrousse na qual as anteriores preocupações da diplomacia são deixadas de lado.

Em seguida, recupera-se a senda aberta por Pierre Renouvin, que se inclinou a refletir acerca das “forças profundas” – geografia-demografia, economia-finança, mentalidades coletivas – envolvidas nas relações internacionais. O autor, ao organizar a coleção *Histoire des Relations Internationales*, nos anos 50, e, juntamente com Jean-Baptiste Duroselle, publicar a obra *Introduction à l'histoire des Relations Internationales* (1964), favoreceu a aproximação entre o movimento de mudanças historiográficas francês e o campo das RI. Acrescenta-se que Renouvin confiou a François Ganshof a redação do primeiro volume da *Histoire des Relations Internationales*, permitindo que o medievalista desenvolvesse um expressivo ensaio acerca da Idade Média, estudo esse que permanece um clássico na historiografia e será retomado mais à frente. Num balanço recente das correntes historiográficas francesas dos séculos XIX e XX, Pierre Renouvin aparece descrito como “o terceiro grande mestre da história do pós-guerra [ao lado de Braudel e Labrousse] (...). O verdadeiro fundador de uma história renovada das relações internacionais”, especialmente por sua noção de “forças profundas” (DELACROIX et al, 2012: p.237-239). Observa-se que a inclinação de Renouvin reorientou as preocupações de pesquisa, contribuindo para a passagem da história diplomática para a história das relações internacionais e, conseqüentemente, para a constituição do campo das RI, este que se pautava no diálogo com as demais ciências sociais e nos problemas econômico-sociais.

Como anteriormente foi pontuado, ao passo que ocorria a institucionalização das RI, paralela à separação da história diplomática, a historiografia passava por um intenso movimento de renovação de paradigmas, processo que se concentrava, em grande parte, no grupo dos *Annales*. Esse movimento compreendia que o historiador deveria orientar-se para os problemas econômicos, sociais e culturais de média e longa duração, buscando, especialmente, nas Ciências Sociais, na Psicologia Social, na Geografia, entre outras áreas, os diálogos que afirmariam a História como ciência e vanguarda das Ciências Humanas e Sociais. Afastava-se da narrativa, do sujeito e dos acontecimentos em busca de “profundidade” (Cf.: DELACROIX, 2012: p.163-196). Em virtude de tal inclinação, o estudo do *político* – que, em inícios do século XX, poderia resumir-se ao estudo do Estado, das Instituições e das elites dirigentes, centrando-se nos grandes nomes e nos acontecimentos – ganhou duras críticas e, conseqüentemente, foi reorientado para abordagens que promoveram ao primeiro plano aspectos de longa duração e do campo do simbólico, como observa-se nas obras *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch, *Os Dois Corpos do Rei*, de Ernst Kantorowicz, e *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II*, de Fernand Braudel.

Como pode-se entrever, o conjunto de orientações historiográficas relacionadas ao movimento dos *Annales*, ainda que não generalizada, pouco espaço deu para a discussão da curta duração, dos acontecimentos, das negociações diplomáticas, da política externa, ou dos impasses que atravessavam as relações entre os Estados europeus e mesmo entre estes e os demais países no período. Nesse quadro, reafirmamos que ao longo da primeira metade do século XX, tanto as RI inclinavam-se aos problemas contemporâneos como a História construía perspectivas epistemológicas que a afastavam dos aspectos relacionados às relações diplomáticas.

Antes de avançar na discussão e, principalmente, nas maneiras como o tema foi explorado pelos medievalistas, convém retomar que a institucionalização acadêmica das Relações Internacionais se deu num ambiente marcado pelo debate entre liberais e realistas, disputa teórica que se ampliou, nas décadas seguintes, em vertentes como: teoria crítica, construtivismo, neoliberalismo, neorealismo, entre outras (MARTINS, 2012: p.75). Sem vislumbrar um aprofundamento na área da teoria das relações internacionais (TRI)¹, acredita-se que a caracterização de algumas correntes teóricas permitirá que sejam identificadas opções conceituais – por vezes, implícitas – adotadas pelos historiadores que trataram da temática.

O realismo, por exemplo, tem sido o paradigma mais influente da TRI desde a Segunda

¹ Para tal, indicamos a bibliografia citada até o momento.

Guerra Mundial e centra suas análises nas causas da guerra e no Estado como principal ator internacional, privilegiando as investigações sobre as relações de poder entre os Estados. Por outro lado, o fim da Guerra Fria e a aceleração do processo de globalização em finais do século XX fez emergir novas TRIs, dentre as quais se destaca o construtivismo. Essa teoria, elaborada por Alexander Wendt, por mais que considere o Estado como entidade essencial para a análise das relações internacionais, prevê a impossibilidade de diferenciação entre as relações internas e as externas, e se coloca a considerar mais atores políticos no sistema internacional, além de valorizar o papel das ideias e valores em tal universo de relações (Cf.: SILVA & GONÇALVES, 2010: p. 30-33, 235-239; NOGUEIRA, 2005: p.20-55, 162-185).

Esse panorama dos estudos e caminhos das RI não tem qualquer objetivo de ser exaustivo, antes procura-se pontuar que o desenvolvimento e constituição desta área se deram paralelamente a significativas mudanças ocorridas na historiografia e mesmo no âmbito geral das ciências humanas e sociais. Como foi indicado no início do texto, nossas preocupações não se dão na tentativa de construir um balanço das relações entre a História e as Relações Internacionais de forma ampla, e por esse motivo as discussões a seguir se concentrarão no caso específico da História Medieval, cotejando, pontualmente, as relações entre esse caso particular e os movimentos mais amplos da historiografia.

3. Relações Internacionais, Relações Diplomáticas e Diplomacia na História Medieval.

O clássico estudo de François Ganshof, *Le Moyen Âge*, acerca das relações internacionais na Idade Média (GANSHOF, 1953) se insere na coleção de Pierre Renouvin e aborda dois aspectos centrais: em primeiro lugar o quadro cronológico das relações internacionais no medievo, destacando o fim do império romano, o período carolíngio, as relações entre Ocidente e Oriente, a crise dos séculos XIV e XV, as relações comerciais, entre outros aspectos; em seguida, as técnicas empregadas nessas relações, capítulos que se concentram na discussão da documentação, das embaixadas e dos embaixadores em diferentes momentos do medievo. Observa-se, tal como se destacou anteriormente, o peso dos aspectos econômicos para a condução das relações externas, perspectiva que mantém a coerência do Tomo I com a orientação da coleção de Renouvin. Ao todo Ganshof dedicou três capítulos para as “técnicas”, sendo o terceiro, direcionado aos séculos XIII e XV, o que mais nos interessa.

O autor explora temáticas centrais para a historiografia atual, como as formas de

negociação, o pessoal envolvido nas negociações, a documentação, os casamentos, entre outros eixos frequentemente esquecidos, como o papel das peregrinações, das colônias de mercadores, dos mercenários, etc. A obra de Ganshof permanece um marco na historiografia, porém sua abordagem apresenta um grande problema central: a concepção teórica relativa às relações internacionais e as consequentes implicações do termo para o medievo.

A área das RI estrutura-se a partir de dois conceitos: Estado moderno e Soberania, fundamentos do sistema diplomático internacional contemporâneo (Cf.: MARTINS, 2012; PECEQUILO, 2004; PISTONE, 2009). Por mais que Ganshof, medievalista dedicado a Idade Média Central, não reafirme e não se concentre nesses marcos, sua obra reforça tanto o papel das embaixadas permanentes como elemento de ruptura entre o medievo e a modernidade, como o esfacelamento quatrocentista das relações constituídas em torno da Igreja. Ao não rediscutir os fundamentos que orientavam as relações diplomáticas na Idade Média e não questionar os marcos tradicionais das RI, a obra de Ganshof acaba por inserir o medievo numa história das relações internacionais na qual ocupa o lugar apenas de momento preparatório, origens, raízes.

Em síntese, acredita-se que as concepções da área e o próprio termo “relações internacionais” remetem ao conjunto de relações que se desenvolveram em torno do Tratado de Vestfália (1648), formando um universo no qual o Estado soberano aparece como principal ator do espaço internacional e a diplomacia é conduzida por um grupo de especialistas definidos, os embaixadores. Em segundo lugar, o termo tende a encobrir demasiadamente a realidade da diplomacia medieval, pois reafirma implicitamente as relações entre Estados. No medievo, para além de não podermos falar em Estado-Nação ou num único modelo estatal, as relações diplomáticas têm como característica fundamental serem um conjunto de relações entre grupos políticos organizados (urbanos, duciais, régios, imperiais, eclesiásticos), mesmo que – processo marcante em finais do medievo – o poder régio (Estado) gradativamente se afirmasse com a exclusividade nesse âmbito.

Antes de avançar sobre os novos pressupostos dos estudos a respeito da diplomacia medieval, convém destacar que as temáticas levantadas por Ganshof não tiveram grande repercussão na historiografia e os anos 60 e 70 foram marcados por três importantes estudos ingleses dedicados aos aspectos administrativos e ao pessoal envolvido nas embaixadas: *The King's Messengers. 1199-1377. A contribution to the History of the Household* (1961), de Mary Hill; *The Office of Ambassador in the Middle Ages* (1967), de Donald Queller; *English Diplomatic Administration (1259-*

1339) (1971)², de George Cuttino. Esse reduzido número de trabalhos se expressa no levantamento apresentado por Bernard Guenée em 1971, no qual cita apenas nove títulos dedicados a diplomacia, sendo três artigos, três livros já mencionados (Ganshof, Queller e Cuttino), e três exceções: *Die Berichte der Generalprokuratoren des Deutschen Ordens an der Kurie* (1961), de K. Forstreuter; *The Congress of Arras, 1435* (1955), de J-G. Dickinson; e *Renaissance Diplomacy* (1955), de G. Mattingly (GUENÉE, 1981 [1971]: p.30-31).

Acerca desse último trabalho, referência para os modernistas, John Watkins sublinha que Mattingly, tendo como base o célebre estudo de Jacob Burckhardt, centrou a mudança diplomática do Ocidente entre 1420 e 1530, o mesmo período destacado pelo autor de *A Cultura do Renascimento na Itália*. Segundo Watkins, a emergência das embaixadas permanentes na obra de Garrett Mattingly ocupa uma posição análoga da emergência do indivíduo em Burckhardt, aproximações que se manifestam ainda na caracterização da Idade Média e, conseqüentemente, da diplomacia medieval a partir do domínio da religião, sintetizada na noção de Cristandade. Tal ponto de partida teria, desta forma, contribuído para a construção de uma leitura dicotômica acerca do período, privilegiando os elementos seculares em detrimento dos espirituais (WATKINS, 2008).

De acordo com Stéphane Péquignot, foi a partir dos anos 80 e 90 que a diplomacia medieval, especialmente a dos séculos XIII, XIV e XV, suscitou novas discussões e passou a ser objeto de congressos, colóquios e investigações monográficas (PÉQUIGNOT, 2011: p.55)³. Ressalta-se nesse movimento os estudos de Françoise Autrand, Nicolas Offenstadt, Pierre Chaplais e do próprio Péquignot, além da obra coletiva *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles* (1999). Essa **nova história da diplomacia medieval**, assim como a compreensão da diplomacia medieval como relação entre poderes, encontra-se sintetizada na obra *Les Relations Diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*, publicada pela *Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public* (2011). Expressão do acúmulo de investigações produzidas nas últimas décadas no cenário acadêmico europeu – em especial na historiografia francesa –, a obra traz um conjunto de reflexões metodológicas e temáticas, destacando questões como o papel da oralidade, da representação, do estrangeiro, da mediação, dos rituais, etc., envolvidos nas relações diplomáticas medievais.

² A primeira edição da obra de George Cuttino é de 1940, porém a segunda edição de 1971 é a mais citada e está envolvida no conjunto de publicações inglesas dos anos 60 e 70 sobre a temática.

³ PÉQUIGNOT, Stéphane. Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.55.

Da coletânea, sublinha-se a contribuição de Stéphane Péquignot, que propõe uma definição para o termo diplomacia: "*l'ensemble des activités de représentation, d'échanges et de négociations politiques, menées au nom d'un pouvoir auprès d'autres pouvoirs*" (2011: p.47-66); e do texto de Jean-Marie Moeglin, que avança em propor contornos de um "sistema da diplomacia medieval" caracterizado: pela finalidade última das relações diplomáticas que é estabelecer um tratado que organiza uma relação pacífica com outros reis, príncipes e detentores de autoridade; pelo papel de comunicação das atividades diplomáticas; e pelo peso das relações pessoais, expressa pela importância dos casamentos para a diplomacia (2011: p.304-317).

Em meio a tais discussões, a tese de Péquignot, *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le regne de Jacques II D'Aragon (1291-1327)*, tem se mostrado como principal referência dos novos estudos acerca da diplomacia medieval. O autor avança na investigação de três grandes eixos: os instrumentos e meios da diplomacia real; o rei e seus embaixadores; e o poder através da diplomacia. Estes abarcam um conjunto de onze capítulos que, para além da análise específica sobre o reino de Aragão, oferecem uma significativa exposição das pesquisas produzidas em diferentes historiografias europeias acerca da diplomacia medieval, além de propor uma importante definição de "prática diplomática":

Une expression que met d'emblée l'accent de manière pragmatique sur la variété des opérations effectuées et des protagonistes qui s'y investissent. Le champ envisagé embrasse donc les activités de représentation et de négociation politiques menées au nom d'un pouvoir auprès de pouvoirs étrangers, il concerne à la fois des méthodes, des hommes, des institutions et des valeurs (PÉQUIGNOT, 2009: p.2).

A opção interpretativa apresentada abre um amplo campo de perspectivas de pesquisa para os estudos medievais e mesmo para as investigações acerca do mundo antigo e moderno, colocando o pesquisador frente a diferentes problemas, os quais, por vezes, não aparecem nos estudos tradicionais sobre as relações diplomáticas, como: os métodos de negociação; os papéis da diplomacia, em seus âmbitos social, cultural, econômico e político; os agentes envolvidos e seus vínculos com o poder régio e as instituições do reino; a estrutura administrativa e institucional por trás das ações diplomáticas; e mesmo a concepções, cerimônias e valores que envolvem a prática. Abrem-se ainda os problemas tradicionais, sendo o principal a terminologia, visto que palavras como "diplomacia", "política externa", "relações externas", "relações internacionais", entre outras utilizadas atualmente, não são verificadas no medievo. Por lidar com essa terminologia flutuante, por vezes a diplomacia medieval aparece pensada a partir das ausências, estas que só tem sentido quando comparadas ao modelo diplomático moderno.

A partir dos elementos expostos, observa-se a proximidade entre a renovação dos estudos sobre a diplomacia medieval e o duplo movimento traçado páginas atrás, que se caracteriza pela ampliação e flexibilidade do campo das RI, expressa, por exemplo, nas críticas do paradigma realista, e no revigoramento da história política através da ruptura do determinismo socioeconômico e da utilização dos aportes das diferentes Ciências Sociais, processo marcante desde os anos 60 e, principalmente, no pós anos 70.

Ao orientar as atenções para a historiografia medieval e moderna, constata-se a lenta fragmentação do paradigma estadualista tradicional, assim como a revisão do processo de gênese do Estado moderno, exemplificado pelos projetos internacionais *Genèse de l'État moderne (XIIIe-XVIIIe siècles)* e *Origins of the Modern State (XIII-XVIII Centuries)* e nas obras de Jean-Philippe Genet, António Manuel Hespanha, Bartolomé Clavero, entre outros. Este movimento duplo que vem afirmando-se no progressivo afastamento dos medievalistas do binômio guerra/paz/diplomacia que em grande parte centrou a atenção dos estudiosos franceses e ingleses inclinados à Guerra dos Cem Anos. Nesse sentido, tal afastamento tem dado espaço a problemas relativos às formas de negociação e ao papel da diplomacia na circulação de informações, como observa-se nas obras *La circulation de nouvelles au Moyen Âge* (1994), *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge* (2002) e *Negociar en la Edad Media* (2004).

Destaca-se ainda a contribuição advinda das investigações sobre a História Moderna, as quais se incidem especialmente na questão da ruptura de finais da Idade Média e, conseqüentemente, auxiliam na releitura do quadro contextual no qual se fundamentam o paradigma estatal adotado pela história das relações internacionais. Manuel Rivero Rodríguez é um dos autores a questionar as limitações impostas pelo paradigma estadualista aos estudos acerca da diplomacia entre o medievo e a modernidade, trazendo para o centro de sua análise temas como: as relações dinásticas, o papel das ordens e das hierarquias na dinâmica diplomática, as disputas confessionais na condução das relações diplomáticas, entre outros (RODRÍGUEZ, 2011). Alain Tallon também reforça essa perspectiva ao notar que o Estado no século XVI não tinha o monopólio das relações internacionais – antes tais relações apresentavam-se através de unidades políticas que não se reivindicam como soberanas –, e ao defender a permanência da concepção patrimonial de poder no período (TALLON, 2010). Outro autor com significativa produção relativa a época a contribuir nesse debate é Lucien Bély. Seus estudos chamam atenção para a ambigüidade do termo “relações internacionais” pelo fato da inexistência do Estado-Nação e indicam que seria mais adequado falar em relações interprincipescas ou relações interestatais

(BÉLY, 1999; 2007). Seus argumentos ressaltam ainda a importância das relações familiares e pessoais para a constituição das relações externas no período medieval e moderno, propostas que corroboram nossas investigações sobre o século XV português (Cf.: LIMA, 2012).

4. Considerações finais.

O lugar de produção destes breves apontamentos é a História e, especificamente, a História Medieval, área em que temos desenvolvido pesquisas desde a graduação. Ao longo de nossas investigações sobre o século XV encontramos uma série de limitações para estruturar uma pesquisa partindo do âmbito geral da produção das Relações Internacionais. Para além do pouco espaço dado aos períodos anteriores aos séculos XVIII e XIX nessa literatura, ao revisar uma parte das obras relativas às Teorias das Relações Internacionais e sobre a história das relações internacionais, ao passo que também aprofundávamos a reflexão acerca das estruturas políticas tardo-medievais e nos aproximávamos das referências da nova história política, esse descompasso ampliou-se. Textos como “Política interna e política externa”, de Pierre Milza, inserido do livro-manifesto *Por uma História Política* (1988), ou *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV* (1990), de Lucien Bély, indicavam uma série de novos aportes e temáticas para a abordagem das relações diplomáticas, no entanto, como relacionar esse universo de discussão com os estudos medievais?

A historiografia medieval, mormente aquela dedicada aos temas da história sociopolítica, oferecia importantes estudos, porém muitos ainda relacionados a um paradigma estatal e numa história das relações internacionais na qual a Idade Média ocupa apenas páginas introdutórias, e o fim do medievo caracteriza-se, sobretudo, pelas embaixadas permanentes surgidas nas cidades italianas quatrocentistas. Nesse quadro, trabalhos como os de Françoise Autrand, John Watkins e Stéphane Péquignot têm contribuído diretamente para a releitura e a ampliação das investigações acerca das relações externas e das práticas diplomáticas do medievo.

Não obstante, mesmo com essa renovação dos estudos sobre a diplomacia medieval, ainda existe uma série de lacunas e temáticas que podem contribuir para o campo de estudos, tanto da parte dos historiadores como dos bacharéis em Relações Internacionais. Como foi exposto, do ponto de nossas pesquisas, acreditamos que o distanciamento entre a História e as Relações Internacionais deu-se em dois sentidos, na renovação da primeira através da crítica incisiva da história metódica – na qual as questões “diplomáticas” tinham lugar de destaque – e na consolidação da segunda tendo como foco as demandas da sociedade contemporânea. Ao

observar o movimento de mudanças ocorrido em ambos os campos nas últimas décadas, é possível esperar que os diálogos possam ser ampliados. Que a presente contribuição possa incentivar interesses nessa perspectiva.

Referências bibliográficas

BÉLY, Lucien & SOUTOU, Georges-Henri. Conclusion. In: CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 299-306.

_____. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 2007.

_____. Les relations internationales. In: SIRINELLI, Jean-François, et al. *Les historiens français à l'oeuvre. 1995-2010*. Paris: PUF, 2010.

DELACROIX, Christian et al. *Correntes historiográficas na França, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FALCON, Francisco.

FEBVRE, Lucien. Contra a história diplomática em si. História ou Política? Duas reflexões: 1930, 1945. In: *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989, p.67-74.

GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUYOTJEANNIN, Olivier, PYCKE, Jacques & TOCK, Benoît-Michael. *Diplomatique médiévale*. Paris: Brepols, 2006.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra & CERVO, Amado Luiz (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p.33-50.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2012.

MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trota, 2002, p.198.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virginia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de

Janeiro: Elsevier, 2012,

MOEGLIN, Jean-Marie. Existe-t-il un ordre diplomatique médiéval? In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.304-317.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 2008.

MYIAMOTO, Shiguenoli. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº12, junho 1999, p.83-98.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OSTELLINO, Piero. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª edição, 2009, Vol. 1, p.348-349.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Vozes, 2004.

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

_____. Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.47-66.

PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 2009, Vol. 2, p.1089-1099.

RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad moderna – 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010.

TALLON, Alain. *L'Europe au XVIe siècle. États et Relations Internationales*. Paris: PUF, 2010.

THOBIE, Jean. Diplomática (História). In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.230

_____. Relações Internacionais. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.652

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra & CERVO, Amado Luiz (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p.17-31.

WATKINS, John. *Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe*.

In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38, Winter 2008.

* * *

Como citar:

LIMA. Douglas Mota Xavier de. Novos olhares sobre a diplomacia medieval. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº. 03, pp. 77-91, out-mar. 2014/2015. Disponível em: <www.transversos.com.br>. ISSN 2179-7528.